

Avaliação do conhecimento de pacientes de uma unidade de atenção primária à saúde acerca de medicamentos isentos de prescrição

Evaluation of the knowledge of patients in a primary health care unit about over-the-counter drugs

DOI:10.34119/bjhrv4n2-199

Recebimento dos originais: 25/02/2021

Aceitação para publicação: 25/03/2021

Joshua Levi Maia Magalhães

Acadêmico de Farmácia

Instituição: Universidade Federal do Ceará

Endereço: Rua Pastor Samuel Munguba, 1210 - Rodolfo Teófilo, Fortaleza - Ceará, 60430-375

E-mail: joshualevi26@hotmail.com

Stephany Arruda Santos

Acadêmica de Farmácia

Instituição: Universidade Federal do Ceará

Endereço: Rua Pastor Samuel Munguba, 1210 - Rodolfo Teófilo, Fortaleza - Ceará, 60430-375

E-mail: stephanyarruda@alu.ufc.br

Brenda Letícia Martins Belém

Acadêmica de Farmácia

Instituição: Universidade Federal do Ceará

Endereço: Rua Pastor Samuel Munguba, 1210 - Rodolfo Teófilo, Fortaleza - Ceará, 60430-375

E-mail: emailbrendamartins@gmail.com

Italo Nunes Arrais de Sousa

Acadêmico de Farmácia

Instituição: Universidade Federal do Ceará

Endereço: Rua Pastor Samuel Munguba, 1210 - Rodolfo Teófilo, Fortaleza - Ceará, 60430-375

E-mail: italonunes9@gmail.com

Danilo Maciel Araújo

Acadêmico de Farmácia

Instituição: Universidade Federal do Ceará

Endereço: Rua Pastor Samuel Munguba, 1210 - Rodolfo Teófilo, Fortaleza - Ceará, 60430-375

E-mail: danilo-ce@hotmail.com

Isabelle de Fátima Vieira Camelo Maia

Acadêmica de Farmácia

Instituição: Universidade Federal do Ceará

Endereço: Rua Pastor Samuel Munguba, 1210 - Rodolfo Teófilo, Fortaleza - Ceará,
60430-375

E-mail: isabelledefatima@gmail.com

Lorena Karla Estevam da Silva

Acadêmica de Farmácia

Instituição: Universidade Federal do Ceará

Endereço: Rua Pastor Samuel Munguba, 1210 - Rodolfo Teófilo, Fortaleza - Ceará,
60430-375

E-mail: lorenaestevam96@gmail.com

Paulo Yuri Milen Firmino

Doutor

Instituição: Centro Universitário Fametro – UNIFAMETRO

Endereço: Rua Conselheiro Estelita, 500 - Centro, Fortaleza - CE, 60010-260

E-mail: yurifirmino@yahoo.com.br

Ramon Roseo Paula Pessoa Bezerra de Menezes

Doutor

Instituição: Universidade Federal do Ceará

Endereço: Rua Pastor Samuel Munguba, 1210 - Rodolfo Teófilo, Fortaleza - Ceará,
60430-375

E-mail: ramonppessoa@ufc.br

Nirla Rodrigues Romero

Doutora

Instituição: Universidade Federal do Ceará

Endereço: Rua Pastor Samuel Munguba, 1210 - Rodolfo Teófilo, Fortaleza - Ceará,
60430-375

E-mail: nirla@ufc.br

RESUMO

De acordo com a ANVISA, os Medicamentos Isentos de Prescrição (MIPs), ou como conhecidos internacionalmente como *over-the-counter* (OTC) drugs, que são medicamentos disponíveis ao autosserviço em farmácias e drogarias e que, dessa forma, não necessitam de prescrição médica para que sejam dispensados. Estes são indicados para tratar problemas de saúde autolimitados, como tosse, indigestão e resfriados. Tendo isso em vista, o presente estudo objetivou identificar o conhecimento dos pacientes atendidos em uma Unidade de Atenção Primária à Saúde sobre o uso de Medicamentos Isentos de Prescrição. Trata-se de um estudo transversal, descritivo e exploratório realizado em uma Unidade de Atenção Primária à Saúde de um bairro da cidade de Fortaleza, realizado no período de abril a maio de 2019. Foram convidados a participar do estudo os pacientes que frequentaram a unidade durante o período de realização da pesquisa, totalizando 120 pessoas. Para a coleta de dados foi aplicado um questionário elaborado pelos pesquisadores, contendo quinze questões, estruturadas em blocos temáticos. Dos 120 participantes da pesquisa apenas 27,5% (n=33) souberam citar

corretamente um MIP, quando questionados dos malefícios 50,9% (n=29) disseram não conhecer nenhum malefício. A dipirona (22,8%), a associação orfenadrina + dipirona + cafeína (19,3%) e o paracetamol (12,3%) foram, respectivamente, os três medicamentos mais citados como MIPs. Com base nas respostas obtidas, observou-se que ainda existe muita desinformação a respeito dos Medicamentos Isentos de Prescrição, tanto em relação à sua definição quanto aos seus riscos. Portanto, salienta-se que deve haver uma maior orientação, em especial por parte dos farmacêuticos.

Palavras-Chaves: Medicamentos Isentos de Prescrição, Atenção Primária, Farmacêutico.

ABSTRACT

According to ANVISA, the Non-Prescription Drugs (MIPs), or as internationally known as over-the-counter (OTC) drugs, which are drugs available for self-service in pharmacies and drugstores and, therefore, do not need a medical prescription to be discharged. These are indicated to treat self-limited health problems, such as cough, indigestion and colds. With this in mind, the present study aimed to identify the knowledge of patients attended in a Primary Health Care Unit about the use of Non-Prescription Drugs. This is a cross-sectional, descriptive and exploratory study carried out in a Primary Health Care Unit in a neighborhood in the city of Fortaleza, carried out from April to May of 2019. Patients who attended the unit were invited to participate in the study, during the research period, totaling 120 people. For data collection, a questionnaire prepared by the researchers was applied, containing fifteen questions, structured in thematic blocks. Of the 120 survey participants, only 27.5% (n = 33) were able to correctly quote a MIP, when asked about the harm 50.9% (n = 29) said they did not know any harm. Dipyrone (22.8%), the association orphenadrine + dipyrone + caffeine (19.3%) and paracetamol (12.3%) were, respectively, the three most cited drugs as MIPs. Based on the responses obtained, it was observed that there is still a lot of misinformation about Non-Prescription Drugs, both in terms of their definition and their risks. Therefore, it is emphasized that there should be more guidance, especially by pharmacists.

Keywords: Over-The-Counter, Primary Health Care, Pharmacist.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com a ANVISA, os Medicamentos Isentos de Prescrição (MIPs), ou como conhecidos internacionalmente como *over-the-counter* (OTC) drugs, que são medicamentos disponíveis ao autosserviço em farmácias e drogarias e que, dessa forma, não necessitam de prescrição médica para que sejam dispensados. Estes são indicados para tratar problemas de saúde autolimitados, como tosse, indigestão e resfriados. Para seu uso, o paciente é orientado a considerar as informações contidas nas bulas e nos rótulos. A discussão sobre essa temática no Brasil foi feita pela primeira vez na Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos (BACHUR *et al.*, 2017).

Caracteristicamente, as embalagens destes medicamentos não possuem tarjas como aquela dos medicamentos sujeitos a prescrição ou sujeitos a controle especial. Para um medicamento ser enquadrado como MIP, ele precisa atender os critérios definidos pela RDC Anvisa 98/2016, que dispõe sobre os critérios e procedimentos para o enquadramento de medicamentos como isentos de prescrição. Como alguns desses critérios, é possível citar o baixo potencial de risco, de ser manejável pelo paciente e ser utilizado por um curto período de tempo ou pelo tempo previsto na bula. Devido a fatores como esses, os MIPs estão comumente associados à automedicação. Essa é uma prática comum da população, sendo influenciada pela dificuldade de acesso aos serviços de saúde, pela disponibilidade fácil dos MIPs, bem como propagandas sobre medicamentos na mídia (BRASIL, 2020; DOMINGUES, 2015).

No Brasil, no período de setembro de 2013 a fevereiro de 2014, foi estimada uma prevalência de automedicação de 16,1%, sendo maior na região Nordeste (23,8%). No geral, 65,5% do total de medicamentos usados na prática de automedicação foram classificados como MIPs. Dentre estes, os grupos terapêuticos mais utilizados foram os analgésicos e os relaxantes musculares, sendo a dipirona o fármaco mais consumido no país (ARRAIS *et.al* 2016).

O Centro de Informações Toxicológicas (CIT) do Rio Grande do Sul, em 2014, verificou que as intoxicações por medicamentos corresponderam a 42,66% do total de intoxicações. Dentre os medicamentos classificados como os MIPs, destacaram-se as classes dos analgésicos/antipiréticos e dos AINES, que juntos somaram 8,7% dos casos registrados de intoxicações por medicamentos. O paracetamol mostrou ser o principal agente da classe analgésicos/antipiréticos, seguido pela dipirona e ácido acetilsalicílico (CIT/RS, 2015). Em 2015, no CIATox-SC, foram registrados 3.296 casos de intoxicação medicamentosa. O paracetamol foi responsável por 409 casos (12,4%), sendo o segundo agente mais prevalente nos casos de intoxicação medicamentosa

Diante desse contexto, a prática de automedicação tem sido uma preocupação das autoridades sanitárias, e cada vez mais requer a conscientização da população quanto ao risco da utilização inadequada de MIPs e sobre a necessidade de seguir as recomendações constantes na bula, além da importância da orientação de um profissional de saúde, de preferência, um farmacêutico (BRASIL, 2020). O debate sobre esse assunto alcançou uma maior relevância no Brasil com a Resolução N° 586 de 29/08/2013 do Conselho Federal de Farmácia (CFF), que dispõe sobre a regulamentação da prescrição farmacêutica. Com isso, o profissional farmacêutico pode contribuir para o uso seguro

desses medicamentos, diminuindo os prejuízos advindos da automedicação inadequada (BACHUR, 2017).

Tendo em vista os fatores supracitados, esse estudo pretende identificar o conhecimento dos pacientes atendidos em uma Unidade de Atenção Primária à Saúde sobre o uso de Medicamentos Isentos de Prescrição.

2 METODOLOGIA

2.1 ASPECTOS ÉTICOS

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética e de Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Ceará/PROPESQ, registrado sob nº 3.201.022. O estudo foi realizado seguindo os protocolos éticos definidos pela Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Os indivíduos que aceitaram a participação foram esclarecidos quanto à natureza do estudo e, em seguida, assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

2.2 DESENHO DO ESTUDO E POPULAÇÃO

Trata-se de um estudo transversal, descritivo e exploratório realizado em uma Unidade de Atenção Primária à Saúde de um bairro da cidade de Fortaleza, realizado no período de janeiro a maio de 2019. Foram convidados a participar do estudo os pacientes que frequentaram a unidade durante o período de realização da pesquisa, totalizando 120 pessoas.

Foram selecionados para o estudo indivíduos com idade acima de 18 anos, de ambos os sexos. Foram excluídos indivíduos incapazes de responder a pesquisa, além de questionários preenchidos de forma incompleta.

2.3 COLETA DE DADOS

Após o preenchimento do TCLE, foi aplicado um questionário elaborado pelos pesquisadores, contendo quinze questões, estruturadas nos seguintes blocos temáticos:

- 1) Informações sociodemográficas: sexo, faixa etária, escolaridade e renda familiar;
- 2) Questões a respeito do conhecimento sobre Medicamentos Isentos de Prescrição;
- 3) Percepções dos indivíduos sobre os MIPs e automedicação, a respeito de sua importância e riscos;
- 4) Hábito de consulta ao farmacêutico clínico e percepção sobre sua importância.

2.4 ANÁLISE DE DADOS

As informações obtidas foram analisadas utilizando os programas Excel versão 2010 e IBM SPSS versão 22. Os dados foram avaliados quanto às suas frequências absolutas e relativas, e as variáveis categóricas foram analisadas utilizando Qui-Quadrado de Pearson.

3 RESULTADOS

Os dados sociodemográficos estão sumarizados na Tabela I. Dos 120 participantes incluídos no estudo, 85 (70,8%) eram do sexo feminino e 35 (29,2%) eram do sexo masculino. Quanto à faixa etária, 13 (10,8%) possuíam entre 18-29 anos, 27 (22,5%) estavam entre 30-41 anos, 25 (20,8%) estavam entre 42-53 anos, 31 (25,8%) estavam entre 54-65 anos e 24 (20%) estavam acima de 65 anos. No que diz respeito à escolaridade, 61 (50,8%) apresentavam Ensino Médio Incompleto, enquanto 59 (49,2%) apresentavam Ensino Médio Completo. Além disso, 105 (87,5%) possuíam uma renda familiar de até 3 salários mínimos, enquanto 15 (12,5%) possuíam renda familiar acima de 3 salários mínimos.

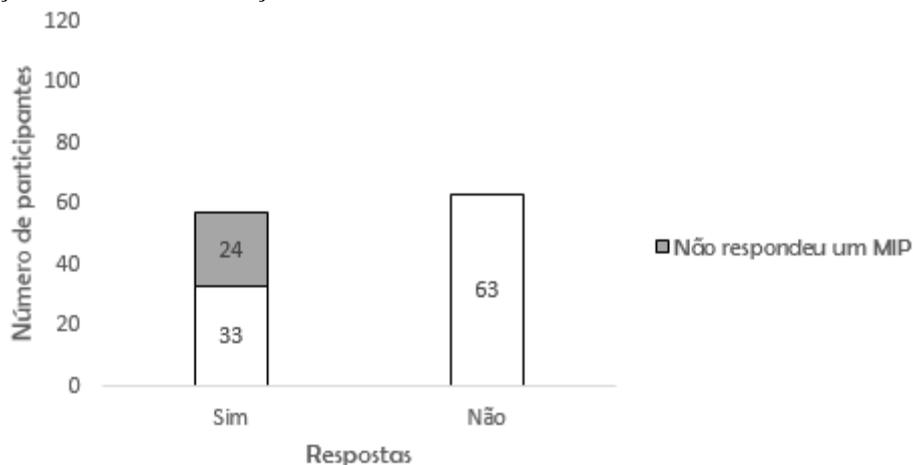
Tabela I. Características sociodemográficas dos participantes

Variável	Frequência (%)
Sexo	
Feminino	85 (70,8)
Masculino	35 (29,2)
Faixa Etária	
18-29 anos	13 (10,8)
30-41 anos	27 (22,5)
42-53 anos	25 (20,8)
54-65 anos	31 (25,8)
> 65 anos	24 (20,0)
Escolaridade	
Ensino Médio Incompleto	61 (50,8)
Ensino Médio Completo	59 (49,2)
Renda Familiar	
Até 3 salários mínimos	105 (87,5)
Acima de 3 salários mínimos	15 (12,5)

Fonte: Pesquisa de campo.

A Figura 1 apresenta a frequência de respostas atribuídas quando os participantes foram questionados se sabem o que são MIPs. Adicionalmente, está apresentada, entre os participantes que responderam “sim”, se os mesmos souberam citar corretamente MIPs. 63 (52,5%) participantes responderam que não, enquanto 57 (47,5%) responderam que sim. No entanto, entre os que responderam “Sim”, 24 (42,1%) citaram incorretamente medicamentos vendidos sob prescrição médica como MIPs. Portanto, do total de participantes da pesquisa, considera-se que somente 33 (27,5%) sabiam corretamente o que são Medicamentos Isentos de Prescrição.

Figura 1. Frequência de respostas à pergunta “Você sabe o que é um Medicamento Isento de Prescrição?” e comparação com os erros de citação de MIPs.

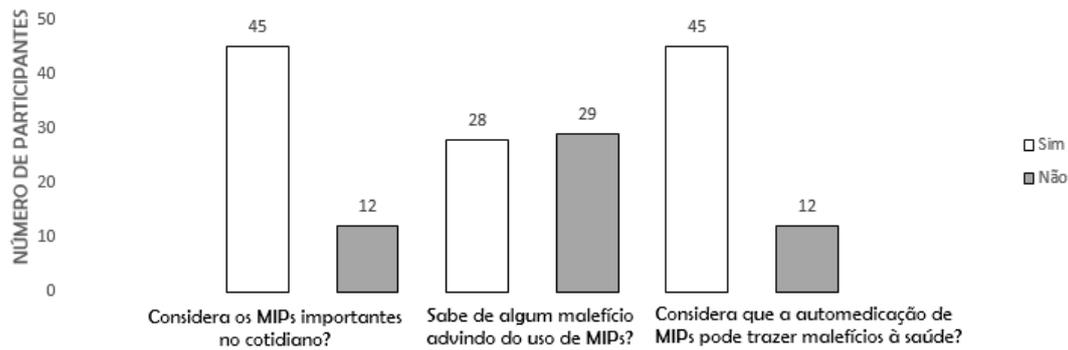


Fonte: Pesquisa de campo.

Dos 120 participantes da pesquisa, foram consideradas as respostas dos 57 (47,5%) que disseram saber o que seria um MIP para os questionamentos referentes às suas percepções sobre esses medicamentos. Estes incluíam perguntas sobre considerar os MIPs importantes no cotidiano e ter conhecimento a respeito de malefícios à saúde vindas do seu uso.

Na Figura II, encontram-se as respostas obtidas a respeito de suas percepções sobre os MIPs. A respeito dos MIPs serem considerados importantes no cotidiano, 45 (79%) responderam que sim, enquanto 12 (21%) disseram que não. Sobre conhecer algum malefício advindo do uso de MIPs, 28 (49,1%) disseram que sim, enquanto 29 (50,9%) disseram que não. Alguns dos malefícios citados pelos participantes foram dor de cabeça, alergia, dano renal e hepático. Ao serem indagados se a automedicação com estes medicamentos pode trazer malefícios, 45 (79%) responderam que sim e 12 (21%) disseram que não.

Figura II. Percepção dos participantes sobre MIPs.



Fonte: Pesquisa de campo.

Na Tabela II, encontram-se os dez medicamentos citados como isentos de prescrição mais utilizados pelos participantes. Os três medicamentos mais citados foram: dipirona, a associação orfenadrina + dipirona + cafeína e o paracetamol, com frequências, respectivamente, de 22,8 % (n=13), 19,3% (n=11) e 12,3% (n=7). 4 (7,0%) pessoas disseram não utilizar MIPs. Notou-se que, embora os participantes respondessem que sabiam o que são MIPs, alguns citaram medicamentos que não se enquadram como tal, de acordo com a Lista de Grupos e Indicações Terapêuticas Especificadas (GITE). A losartana, por exemplo, a qual é um anti-hipertensivo que necessita de prescrição médica para sua utilização, foi o quarto medicamento mais citado como isento de prescrição, com 10,5 % (n=6).

Tabela II. Medicamentos citados como isentos de prescrição mais utilizados pelos participantes.

Medicamento citado como MIP	Frequência (%)
Dipirona	13 (22,8)
Orfenadrina + dipirona + cafeína	11 (19,3)
Paracetamol	7 (12,3)
Losartana*	6 (10,5)
Ibuprofeno	4 (7,02)
Anlodipino*	2 (3,5)
Escopolamina*	2 (3,5)
Metformina*	2(3,5)
Loratadina	2 (3,5)
AAS	1 (1,7)

*Medicamentos que não se enquadram como isentos de prescrição, de acordo com a Lista de Grupos e Indicações Terapêuticas Especificadas (GITE).

Fonte: Pesquisa de campo.

Os fatores associados a autopercepção e conhecimento relacionado a definição de um medicamento isento de prescrição estão descritos na Tabela 3.

Dentre os 24 participantes com faixa etária acima de 65 anos, 15 (62,5%) afirmaram conhecer o significado de MIP, no entanto, destes, 12 (80,0%) citaram exemplos que não se enquadram na categorização desta classe de medicamentos (p=0,002).

Em relação à associação entre renda familiar e conhecimento do conceito de MIP, 57,1% (n=60) das pessoas com até 3 salários mínimos afirmaram não saber o que seria esse tipo de medicamento (p=0,007).

Já se tratando da escolaridade, 63,9% (n=39) das pessoas com ensino médio incompleto também afirmaram desconhecer o que seriam os medicamentos isentos de prescrição (p=0,011).

Outrossim, é importante destacar que 66,7% (n=16) dos participantes que costumam se consultar com o farmacêutico da unidade de saúde declararam saber o que é um medicamento isento de prescrição (p=0,036).

Tabela III. Fatores associados a autopercepção e conhecimento sobre medicamentos isentos de prescrição (MIPs).

Variáveis Analisadas	Você sabe o que são MIPs?				Citou corretamente um MIP?				
	Sim n (%)	Não n (%)	Total	p	Sim n (%)	Não n (%)	Total	p	
Faixa etária (anos)	18-29	3 (23,1)	10 (76,9)	13	2 (66,7)	1 (33,3)	3		
	30-41	13 (48,1)	14 (51,9)	27	10 (76,9)	3 (23,1)	13		
	42-53	11 (44,0)	14 (56,0)	25	0,248	8 (72,7)	3 (27,3)	11	0,002 *
	54-65	15 (48,4)	16 (51,6)	31		11 (66,7)	4 (33,3)	15	
	>65	15 (62,5)	9 (37,5)	24		3 (20,0)	12 (80,0)	15	
Ensino médio	Completo	35 (59,3)	24 (40,7)	59	0,011 *	10 (45,5)	12 (54,5)	22	0,132
	Incompleto	22 (36,1)	39 (36,3)	61		23 (65,7)	12 (34,3)	35	
Renda familiar	Até 3 salários	45 (42,9)	60 (57,1)	105	0,007 *	25 (55,6)	20 (44,4)	45	0,489
	>3 salários	12 (80,0)	3 (20,0)	15		8 (66,7)	4 (33,3)	12	

Costuma se consultar com o farmacêutico do posto de saúde?	Sim	16 (66,7)	8 (33,3)	24	0,036*	9 (56,2)	7 (43,8)	16	0,300
	Não	41 (42,7)	55 (57,3)	96		24 (23,7)	17 (41,5)	41	

*p<0,05. Os dados foram analisados utilizando qui-quadrado com teste do Qui-quadrado de Pearson.
Fonte: Pesquisa de campo.

No que se refere ao hábito de consulta ao profissional farmacêutico, 96 (80%) não consultam o farmacêutico do posto de saúde, enquanto 24 (20%) consultam. Além disso, ao serem questionados se consideram que o acompanhamento farmacêutico é importante para a saúde, 106 (88,3%) responderam que sim, enquanto 14 (11,7%) responderam que não. Observou-se que os pacientes que estão na faixa etária dos 30 ao 41 anos são os que mais se consultam com o farmacêutico, apresentando 40,7% (n=11) do total de participantes que se consultam, enquanto aqueles que pertencem à faixa etária de 18 aos 29 anos são os que menos se consultam com o farmacêutico, sendo somente 7,7% (n=1) dos pacientes que se consultam com o farmacêutico (p=0,026). Ademais, percebeu-se que todos os 14 (11,7%) que não consideram o acompanhamento farmacêutico importante não se consultam com o farmacêutico (p=0,047). Estes dados estão explicitados na Tabela IV.

Tabela IV. Associações entre o hábito de consulta ao farmacêutico do posto de saúde e as variáveis analisadas no estudo.

Variáveis analisadas		Costuma se consultar com o farmacêutico do posto de saúde?			
		Sim n (%)	Não n (%)	Total	p
Sexo	Masculino	7 (20,0)	28 (80,0)	35	1,000
	Feminino	17 (20,2)	98 (79,8)	85	
Faixa etária (anos)	18-29	1 (7,7)	12 (9,2)	13	0,026*
	30-41	11 (40,7)	16 (59,3)	27	
	42-53	2 (8,0)	23 (92,0)	25	
	54-65	5 (16,1)	26 (83,9)	31	
	>65	5 (20,8)	19 (79,2)	24	
Ensino médio	Completo	11 (18,0)	50 (82,0)	61	0,584
	Incompleto	13 (22,0)	46 (78,0)	59	
Renda familiar	Até 3 salários	21 (20,0)	84 (80,0)	105	1,000
	> 3 salários	3 (20,0)	12 (80,0)	15	
Considera o acompanhamento farmacêutico importante para sua saúde?	Sim	24 (22,6)	82 (77,4)	106	0,047*
	Não	0 (0,0)	14 (100,0)	14	

*p<0,05. Os dados foram analisados utilizando qui-quadrado com teste do Qui-quadrado de Pearson.
Fonte: Pesquisa de campo.

4 DISCUSSÃO

O conhecimento sobre os MIPs, avaliado nos pacientes participantes da pesquisa, mostrou ser insuficiente, pois mais da metade da amostra não demonstrou conhecer de fato. Além disso, foi possível observar algumas outras variáveis importantes nesse íterim.

Em relação aos dados obtidos sobre os MIPs, um pouco mais da metade da amostra afirmou não saber o que era, enquanto que os que diziam saber, quase metade não citou corretamente, demonstrando um desconhecimento sobre este tipo de medicamento, os quais são bastante comuns no uso cotidiano.

Conhecer os MIPs é importante para a saúde do paciente, pois, a partir disso, ele pode compreender as vantagens e os riscos em utilizá-los, consegue o diferenciar de medicamentos vendidos sob prescrição médica, e pode ser capaz de se automedicar de maneira mais eficaz e segura (YLÄ-RAUTIO; SISSALO; LEIKOLA, 2020; DOMINGUES *et al.*, 2017).

Em relação à importância dos MIPs no cotidiano, em suma, mais da metade da amostra o considerou relevante para o dia-a-dia. Esse resultado pode estar associado a presença e a prevalência de condições crônicas nessa população, pois a população brasileira é adepta a prática da automedicação e é influenciada consideravelmente por esta circunstância (DOMINGUES *et al.*, 2017; ARRAIS *et al.*, 2016), principalmente pelo uso de medicamentos isentos de prescrição, como analgésicos e antipiréticos, para amenizar sintomas recorrentes. Além disso, a utilização destes torna-se comum na rotina, principalmente para tratar dores musculares e de cabeça, e males menores e frequentes (DOMINGUES *et al.*, 2017).

Sobre a automedicação e seus malefícios para a saúde, a maioria julgou que esta pode gerar danos, resultado este em consonância com a literatura (YLÄ-RAUTIO; SISSALO; LEIKOLA, 2020; STONE *et al.*, 2020; PALIWAL *et al.*, 2019). A automedicação, principalmente realizada por idosos, faixa etária bem representativa no estudo, pode representar riscos de danos significativos devido à maior probabilidade de polifarmácia, interações medicamentosas e ainda à maior complexidade da farmacoterapêutica em idosos (STONE *et al.*, 2020). Assim, o cuidado a essa população é crítico, e o uso de medicamentos deve ser acompanhado de forma mais intensa pela equipe multidisciplinar de saúde, principalmente através do acompanhamento farmacoterapêutico por profissionais farmacêuticos, o qual impacta positivamente no bem-estar do paciente idoso pela diminuição de problemas relacionados a medicamentos,

como os supracitados. (PELICANO-ROMANO *et. al.*, 2015; SOLER; BARRETO, 2019).

Entretanto, metade não sabia de algum malefício advindo do uso dos MIPs; esse conhecimento poderia ser melhorado pelo hábito de consultas e dispensação orientada adequada que facilitariam a informação destes malefícios, principalmente para MIPs com danos potenciais mais severos, alertando sobre o seu uso racional, assim prevenindo possíveis complicações (YLÄ-RAUTIO; SISSALO; LEIKOLA, 2020; LEITE *et. al.*, 2017).

Os participantes de todas as faixas etárias do presente estudo reconheceram corretamente medicamentos isentos de prescrição, além de demonstrar familiaridade com analgésicos e anti-inflamatórios, principalmente. No entanto, muitos participantes, em destaque idosos, embora tenham declarado entender o significado de medicamento isento de prescrição, com grande frequência não souberam citar corretamente esses medicamentos. A maioria dos idosos mencionou medicamentos que não se enquadram como isentos de prescrição de acordo com a Lista de Grupos e Indicações Terapêuticas Especificadas (GITE). Presume-se que a referência a esses medicamentos esteja relacionada a um equívoco na interpretação do termo “medicamento isento de prescrição”, ao confundirem com medicamentos que necessitam de receita médica e que os mesmos fazem utilização frequente, de forma contínua, como anti-hipertensivos e antidiabéticos orais.

Em um estudo realizado com 50 idosos em Santa Catarina, os entrevistados foram questionados sobre as classes de MIPs que mais costumam adquirir. Foram identificadas 12 classes terapêuticas dentre os medicamentos citados, sendo as mais comuns: antihipertensivos, antiulcerosos, antiinflamatórios não esteroidais (AINEs), tratamentos hormonais com estrógeno e progesterona e antidepressivos. Dentre os medicamentos citados estão: maleato de enalapril, losartana potássica, hidroclorotiazida, Eno®, Cimegripe®, Centrum®, vitamina C, omeprazol, entre outros. Mais de 40 participantes classificaram como motivo da aquisição de medicamentos isentos de prescrição o tratamento para doenças crônicas. Resultado semelhante foi encontrado no presente estudo, em que os entrevistados consideraram erroneamente a finalidade de um medicamento de venda livre, citando exemplos que requerem prescrição. Inclusive, em ambos houve menção a losartana, um medicamento utilizado no tratamento de hipertensão (MATIAS; AGNES, 2018).

Em vista disso, considerando os idosos como um grupo significativo de consumidores de medicamentos, é preocupante que haja conhecimento insuficiente dos entrevistados sobre as diferenças entre MIPs e medicamentos sob prescrição médica, uma vez que estes apresentam características de segurança diferentes, podendo propiciar um maior grau de reações adversas, além de serem utilizados para outras condições de saúde.

Ao mesmo tempo, conforme relatado neste estudo, a maior parte dos entrevistados que não possuem o hábito de se consultar com o farmacêutico do posto de saúde afirmam não saber o que é um MIP. Portanto, baseado em uma pesquisa sueca sobre pedir conselhos à equipe de farmácia a respeito dos medicamentos de venda livre, supõe-se que o problema de informações insuficientes tende a ser multifacetado, com indivíduos que não buscam informações, bem como profissionais que não fazem perguntas aos usuários da unidade e/ou oferecem conselhos.

Foi possível inferir através dos resultados que boa parte dos pacientes da unidade de saúde que costumam se consultar com o farmacêutico afirmam conhecer o que é um MIP. Essa associação indica que os pacientes que tiveram consultas com farmacêutico possuem uma autopercepção sobre os MIPs maior do que aqueles que não se consultam. Pode-se perceber que a variável escolaridade e renda também tiveram impacto na autopercepção sobre MIPs, pois os indivíduos com ensino médio completo e renda familiar até três salários mínimos tiveram maior porcentagem na afirmativa de saber o que era um MIP. Esse é um dado importante pois serve de embasamento para os farmacêuticos, no momento da dispensação e orientação, de que apesar desses indivíduos aparentarem ter uma maior percepção sobre os MIPs na realidade possuem a mesma necessidade que os demais indivíduos participantes da pesquisa, pois não possuem de fato o conhecimento real necessário sobre essa classe de medicamentos.

Outro dado relevante que foi identificado é que um número expressivo de pacientes não costuma se consultar, o que gera o questionamento do porquê de esses pacientes não utilizarem esse serviço oferecido pela unidade. Conforme afirma Nakamura e Leite (2016), em um estudo realizado na atenção primária de um município da região Sul do Brasil, a dispensação de medicamentos nas farmácias públicas é a atividade realizada com maior frequência pelos farmacêuticos. Ou seja, ainda poucas pessoas conhecem os serviços clínicos de cuidado que os farmacêuticos exercem. Isso deve ocorrer por conta de diversas dificuldades, como falta de institucionalização do serviço, problemas estruturais das unidades de saúde e o excesso de atividades sob responsabilidade do farmacêutico (ARAÚJO, P. *et. al.*, 2017).

Ainda no âmbito da consulta com o farmacêutico, a faixa etária com maior porcentagem na afirmativa “sim” foi a de 30 aos 41 anos. Tal resultado pode ser devido ao surgimento de doenças a partir da idade de 30 anos, conforme é apontado por FILHA *et. al.* num estudo sobre a prevalência de doenças crônicas não transmissíveis e associação com autoavaliação de saúde, o que justifica a necessidade de consulta com farmacêutico para solucionar dúvidas sobre as doenças adquiridas e sobre os fármacos utilizados no tratamento. O acompanhamento pelo farmacêutico desses pacientes logo no início do tratamento dessas doenças é de suma importância, pois é orientando e acompanhando rotineiramente o paciente que o farmacêutico pode melhorar a adesão ao tratamento e prevenir possíveis agravos decorrentes do avanço da doença (BARROS, D. *et al.*, 2019). Já a faixa etária dos 18 aos 29 anos, foi a que teve maior porcentagem na afirmativa “não”, resultado que já era esperado pois essa faixa de idade não possui uma prevalência alta de doenças comparada à outras faixas etárias. Como não possuem enfermidades graves, esses usuários não sentem a necessidade de utilização desse serviço, pois não fazem uso de fármacos rotineiramente em comparação às demais faixas etárias.

Também foi possível inferir que uma pequena parte dos usuários que consideram o acompanhamento farmacêutico importante costumam se consultar, essa porcentagem menor indica que aqueles que realmente são acompanhados por esse profissional são provavelmente os pacientes que têm uma ou mais comorbidades e, conseqüentemente, fazem uso de um maior número de medicamentos. Assim, aqueles que não utilizam esse serviço, mas afirmaram ser importante, aparentam entender a importância da atuação clínica desse profissional juntamente com a equipe da unidade.

A constatação anterior é um dado relevante pois, assim como os demais profissionais da equipe de saúde, o farmacêutico também possui seu destaque, pois ele é o especialista ali capacitado para contribuir para o empoderamento do usuário, o controle de agravos crônicos, a prevenção e resolução de problemas relacionados ao medicamento, ganhos na qualidade de vida e na adesão à farmacoterapia (BARROS D. *et al.*, 2019).

Dessa forma, pode-se perceber o quão importante é a atuação clínica do farmacêutico, principalmente, quando ele executa serviços de cuidado farmacêutico, como o manejo de problemas de saúde autolimitados, educação em saúde, revisão da farmacoterapia, acompanhamento farmacoterapêutico, entre outros. E como afirma Bradley, Ashcroft e Noyce (2012) os resultados esperados desse serviço são, além da adesão ao tratamento e ganho da qualidade de vida aos pacientes, uma maior divulgação e reconhecimento dos serviços comunitários de farmácia pela população local.

5 CONCLUSÃO

No presente estudo, observou-se que ainda existe muita desinformação a respeito dos Medicamentos Isentos de Prescrição, tanto em relação à sua definição quanto aos seus riscos. Ademais, notou-se que os poucos que têm o hábito de se consultar com o farmacêutico apresentam maior grau de conhecimento sobre esses medicamentos. Portanto, salienta-se que deve haver uma maior orientação, em especial por parte dos farmacêuticos, sobre essa classe de medicamentos para a sociedade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Suetônio Q. *et al.* Organização dos serviços farmacêuticos no Sistema Único de Saúde em regiões de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, p. 1.181- 1.191, 2017.

ARRAIS, Paulo Sérgio Dourado *et al.* Prevalence of self-medication in Brazil and associated factors. *Revista de Saúde Pública*, [s.l.], v. 50, n. 2, p. 2-3, dez. 2016.

BACHUR, Tatiana Paschoalette Rodrigues *et al.* Medicamentos isentos de prescrição: perfil de consumo e os riscos tóxicos do paracetamol. *Revista Intertox de Toxicologia, Risco Ambiental e Sociedade*, [S.L.], v. 10, n. 3, 30 out. 2017.

BARROS, Débora Santos Lula; SILVA, Dayde Lane Mendonça; LEITE, Silvana Nair. SERVIÇOS FARMACÊUTICOS CLÍNICOS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE DO BRASIL. *Trab. educ. saúde*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, e0024071, 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462020000100509&lng=en&nrm=iso>. access on 24 Sept. 2020. Epub Nov 25, 2019.

BRADLEY, F., ASHCROFT, D. M., & NOYCE, P. R. (2012). Integration and differentiation: A conceptual model of general practitioner and community pharmacist collaboration. *Research in Social & Administrative Pharmacy*, 8, 36–46.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Boletim de Farmacovigilância nº9. Ano 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/arquivos-noticias-anvisa/917json-file-1>. Acesso em: 11 ago. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA (CFF). Resolução do CFF nº 586, publicada em 29 de agosto de 2013. Dispõe sobre a prescrição farmacêutica e dá outras providências. Disponível em: <https://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/586.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2021.

CENTRO DE INFORMAÇÃO TOXICOLÓGICA DO RIO GRANDE DO SUL (CIT-RS). Relatório anual 2014; Dados de atendimento. 2015. Disponível em: http://www.cit.rs.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=137&Itemid. Acesso em 17 fev. 2021.

CENTRO DE INFORMAÇÃO E ASSISTÊNCIA TOXICOLÓGICA DE SANTA CATARINA (CIATox-SC): Relatório Anual 2015. Florianópolis, SC : HU/UFSC, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/179034/CIATox%20SC%20-%20RELATORIO%20ANUAL%202015.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 17 fev. 2021.

DOMINGUES, Paulo Henrique Faria *et al.* Prevalência da automedicação na população adulta do Brasil: revisão sistemática. *Rev. Saúde Pública* [online]. 2015, vol.49, 36. ISSN 1518-8787.

DOMINGUES, P. H. F., *et. al.* Prevalência e fatores associados à automedicação em adultos no Distrito Federal: estudo transversal de base populacional*. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, [s.l.], v. 26, n. 2, p. 319-330, mar. 2017.

LEITE, Silvana Nair *et. al.* Medicine dispensing service in primary health care of SUS. *Revista de Saúde Pública*, [s.l.], v. 51, n. 2, p. 2-3, 22 set. 2017.

MATIAS, Dyeison Bernardo ; AGNES, Eduardo João . Fatores que influenciam idosos de um município do sul de Santa Catarina a adquirir um determinado medicamento isento de prescrição médica (MIP). *Revista Inova Saúde, Criciúma*, v. 7, n. 1, jul 2018. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/Inovasauade/article/view/2435/4170>. Acesso em: 11 ago. 2020.

NAKAMURA, Carina A.; LEITE, Silvana N. A construção do processo de trabalho no Núcleo de Apoio à Saúde da Família: a experiência dos farmacêuticos em um município do sul do Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 5, p. 1.565-1.572, 2016.

PALIWAL, Yoshita *et. al.* A qualitative study to understand over-the-counter medication use and decision-making among residents of senior-living communities. *Research In Social And Administrative Pharmacy*, [S.L.], v. 15, n. 6, p. 730-737, jun. 2019

PELICANO-ROMANO, J. *et. al.* Do community pharmacists actively engage elderly patients in the dialogue? Results from pharmaceutical care consultations. *Health Expectations*, [S.L.], v. 18, n. 5, p. 1721-1734, 17 dez. 2015.

SOLER, Orenzio; BARRETO, Jorge Otávio Maia. Community-Level Pharmaceutical Interventions to Reduce the Risks of Polypharmacy in the Elderly: overview of systematic reviews and economic evaluations. *Frontiers In Pharmacology*, [S.L.], v. 10, 2019.

STONE, Jamie A. *et. al.* A pilot study of decision factors influencing over-the-counter medication selection and use by older adults. *Research In Social And Administrative Pharmacy*, [s.l.], v. 16, n. 8, p. 1117-1120, ago. 2020.

YLÄ-RAUTIO, H.; SISSALO, S.; LEIKOLA, S. Drug-related problems and pharmacy interventions in non-prescription medication, with a focus on high-risk over-the-counter medications. *International Journal Of Clinical Pharmacy*, [s.l.], v. 42, n. 2, p. 786-795, 20 fev. 2020